

Neoliberalismo e programas de voluntariado

a formação de um "novo tipo de trabalhador"

Rafael Dias Toitio

Como citar: TOITIO, R. D. Neoliberalismo e programas de voluntariado: a formação de um "novo tipo de trabalhador". *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 113-116.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p113-116>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Neoliberalismo e programas de voluntariado: a formação de um “novo tipo de trabalhador”

Rafael Dias Toitio*

Em resposta à crise estrutural de 1970, uma série de mudanças sociais, econômicas, políticas e ideológicas ocorreram a partir do início de um processo de reestruturação produtiva e de uma nova organização da política e da sociedade (o neoliberalismo), engendrando uma forte ofensiva aos trabalhadores de retirada de direitos sociais, atenuação das leis trabalhistas, precarização das condições de trabalho, intensificação de uma cidadania que reduz direitos e afastamento do Estado de suas responsabilidades sociais. Isso provocou profundas mutações na subjetividade da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, na maneira da classe dominante em dar respostas aos desafios da “questão social”.

Nesse contexto, surge a chamada Responsabilidade Social Empresarial (RSE) que, ao realizar ações e projetos sociais de forma mais racionalizada e sistemática, se diferencia da “antiga” filantropia empresarial e constitui um dos pilares do chamado “terceiro setor”. Este, identificado com a sociedade civil, abrange também as organizações não governamentais (ONG’s), organizações sem fins lucrativos (OSFL), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP’s), instituições filantrópicas e religiosas, associações, comunidade, entre outros.

Nesse debate, acreditamos que a sociedade civil abarca as organizações do “terceiro setor”, mas o extrapola, pois ela é (no sentido gramsciano) constituída pelo conjunto dos *aparelhos privados de hegemonia*, responsáveis pela elaboração e difusão de valores e concepções de mundo na disputa pela direção moral e intelectual da sociedade, ou seja, pela *hegemonia*. Dessa maneira, a sociedade civil é também formada pelo sistema escolar, editorial, sindicatos, igrejas etc.

A RSE, por sua vez, que se legitima e se desenvolve no discurso do “terceiro setor”, constitui, assim como as demais organizações deste, um poderoso *aparelho privado de hegemonia*, que no interior da sociedade civil, busca a aceitação ativa das classes dominadas ao processo de reestruturação do capital, por meio da propagação de valores, idéias e concepções de mundo de cunho neoliberal.

No contexto das disputas e antagonismos de classes, é imprescindível que a classe dominante assegure sua hegemonia, para impor seus projetos e interesses, por meio da reprodução das condições mantenedoras do seu poder social. Nesse sentido, a RSE encontra nos institutos e fundações das chamadas empresas cidadãs a *materialidade institucional* necessária para elaborar e difundir a visão do mundo neoliberal, buscando, assim, garantir e reforçar a sua hegemonia e o consenso ativo dado pelas classes subalternas à reorganização econômica e ideológica do capital.

* Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalhadores, Sindicalismo e Política e do Grupo de Estudos Marxistas: Marx e Gramsci.

Entre os diversos projetos e programas sociais desenvolvidos pelas "empresas cidadãs" no intuito de elaborar um novo padrão de respostas – de caráter privado – aos dilemas da "questão social", destacamos, nesse texto, os *programas de voluntariado* realizados a partir da adesão ativa dos funcionários da própria empresa, possuindo, assim, uma particularidade específica, pois a difusão de concepções e valores se dá, antes de tudo, sobre a classe trabalhadora e a partir de seu ambiente de trabalho, momento privilegiado de organizar o cotidiano e a subjetividade do trabalhador.

Com o objetivo de discutir e analisar tal programa sobre uma realidade concreta, investigamos o Programa de Voluntariado do Instituto Algar. O Instituto tem a função de gerir os projetos de responsabilidade social do Grupo de Algar que, fundado em Uberlândia – MG, constitui uma das maiores *holdings* do Brasil, atuando nas áreas de telecomunicações, agronegócios, serviços e entretenimento, possuindo um expressivo impacto político-econômico na região onde atua.

O Programa de Voluntariado, instituído em abril de 2003, atua nas escolas públicas de ensino fundamental presentes na área de atuação do Grupo Algar, realizando trabalhos complementares à educação de crianças e adolescentes, como o aprimoramento da leitura e escrita, reforço do conteúdo ensinado nas escolas e atividades de estimulação da auto-estima.

A organização do Programa é constituída pelo Comitê Gestor e pelos Comitês de Voluntariado estruturado em cada empresa Algar de Uberlândia e em cada cidade onde o Grupo atua (em Minas Gerais, São Paulo e Goiás). Os Comitês de Voluntariado são formados pelos "associados" (como são chamados os funcionários da Algar) que se candidatam a participar da coordenação dos projetos dentro das empresas onde atuam, realizando essa tarefa dentro do horário de trabalho. Assim, a adesão ao Comitê é voluntária, mas o trabalho é remunerado, sendo, portanto, o *novo papel* do funcionário dentro da empresa.

O Comitê de Voluntariado possui a função de definir os projetos que serão desenvolvidos a partir da demanda da comunidade e, mais especificamente, de uma escola pública. Atualmente, são 11 projetos diferentes focados, principalmente, no incentivo da leitura e escrita, e são desenvolvidos por 13 comitês de voluntariado, que envolvem *560 voluntários*. Segundo o Instituto Algar, no primeiro semestre de 2005, foram beneficiados 18 professores, 690 crianças de 11 instituições de ensino e escolas da rede pública. Os "associados" da Algar podem desenvolver trabalho voluntário, por meio dos projetos, sem limites de horas.¹ Além de disponibilizar toda a estrutura e recursos necessários, as empresas disponibilizam, para o custeio das atividades, R\$ 5 mil em média, totalizando R\$ 105 mil em todos os projetos.

Em geral, os programas de voluntariado realizados pelas "empresas cidadãs" são criticados por instrumentalizar as ações de seus trabalhadores no sentido de fortalecer a imagem da empresa e de seus produtos e serviços. No entanto, essa concepção, mesmo que verdadeira, é insuficiente para captar a função real que esses programas exercem sobre os trabalhadores se tal fenômeno for inserido dentro de um cenário mais amplo, o da totalidade social.

Nesse contexto, os programas de voluntariado possuem uma clara função de ganhar o consentimento e adesão ativa dos trabalhadores ao processo de reestruturação do capital –

¹ O tempo para realizar um trabalho voluntário deve ser um acordo entre o funcionário e seu supervisor, baseado na demanda do projeto em questão.

que desresponsabiliza o Estado no trato da questão social e aumenta as formas de exploração de trabalho – instituindo e legitimando uma cultura que enaltece a ajuda mútua, a solidariedade interclasses e as ações localizadas e individuais. Os mais excluídos da sociedade estão agora à mercê da ajuda privada e fortuita dos institutos e fundações das empresas, que cada vez mais substitui, de forma precária e focalizada, o direito universal e abrangente de políticas e serviços sociais por parte do Estado.

No contexto das lutas de classes, a adesão dos trabalhadores a esse projeto é essencial para garantir que a visão da classe interessada seja hegemônica. Nesse sentido, os programas de voluntariado que estimulam, de certa forma, o sentimento de “ajuda humanitária e solidária” dos trabalhadores, é um mecanismo extremamente eficaz para legitimar e obter a aceitação destes, mas com um diferencial, são eles os agentes ativos de tais programas.

Ao contrário do “gorila amestrado” apregoado pelo modelo fordista/taylorista de produção, o trabalhador flexibilizado, que surge a partir da reestruturação produtiva, é reconhecido não mais pela capacidade física, mas, principalmente, pela sua inteligência e habilidades mentais, uma vez que os capitalistas compreenderam, a partir das resistências do trabalho contra a domesticação fordista/taylorista, que poderiam ampliar as taxas de exploração de mais-valia explorando as capacidades de organização e de cooperação, a criatividade e a imaginação dos trabalhadores.

Assim, nos programas de voluntariado, os trabalhadores têm a possibilidade de demonstrar não apenas sua capacidade organizativa e de cooperação (no Programa do Instituto Algar, são eles que organizam e desenvolvem os projetos), mas também de trabalhar, mesmo que de forma *superficial*, com seu lado humano, solidário e transformador. Tais elementos, sob a ótica neoliberal, instiga a solidariedade individual e fortuita em troca da solidariedade coletiva, de classe e uma mudança irresoluta em troca de uma noção emancipatória.

Nesses termos, em torno de um eixo central de adesão, a solidariedade e a vontade de mudança, a classe dominante, a fim de garantir sua hegemonia sobre os trabalhadores, é responsável pela formação de uma nova subjetividade e de um “novo tipo de trabalhador”³: o *trabalhador voluntário*, o *associado voluntário*.³

Nas empresas Algar, o trabalhador é chamado “amigavelmente” de associado. Essa nomenclatura torna o patrão parceiro e o funcionário, “sócio”, já que este, mesmo não investindo capital, investe inteligência e comprometimento. Assim, na subjetividade do trabalhador os interesses e conflitos de classes são apagados (ou pelo menos atenuados), fragmentando a identidade classista entre os trabalhadores, tomando os interesses da empresa e do capital universais, de todos.

² GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 376.

³ Essa discussão foi amplamente embasada no trabalho de: MOTA, Ana Elizabete. “Do operário padrão ao operário patrão”. **Temáticas** 2(3), p. 109-122. Campinas: Gráfica IFCH/UNICAMP, jan./jun. 1994.

À noção de “associado” soma-se a idéia de voluntário imprimindo na subjetividade do trabalhador um ideário em que a mudança social só é possível por meio das microações e da ajuda mútua. Culpar o Estado e o externo, nessa concepção, não irá resolver mais os problemas sociais, o que resta é arregaçar as mangas e “cada um fazer a sua parte”⁴. Dessa forma, institui-se a “cultura do possibilismo” em que as ações devem ser realizadas dentro dos limites impostos pela ordem social capitalista, já naturalizada e internalizada.

O trabalhador voluntário constitui, portanto, um produto político da reestruturação do capital, cuja ação estratégica visa garantir o consentimento ativo do trabalhador, formando um novo modo de sentir e de pensar o mundo, tornando subjetivo a objetividade da classe dominante. Se é incontestável a intenção dos trabalhadores nas ações sociais voluntárias, não podemos negar que, dialeticamente, suas ações são instrumentalizadas pelos interesses de reprodução do capitalismo e que a necessidade de transformação e de intervenção social da classe trabalhadora é pulverizada e canalizada em microações fortuitas e voluntárias.

A vigência do modelo neoliberal construiu uma nova racionalidade na classe trabalhadora em que o mercado é naturalizado e as ações dessa classe não ultrapassam os limites do fenomênico, do imediato. Na desleal e excludente competição do mercado, o pensamento individualista liberal se torna cada vez mais hegemônico em detrimento da formação de um projeto coletivo e emancipador. Enquanto as organizações e atores sociais da sociedade civil intensificam seus investimentos em microações, o plano macro é amplamente controlado pelos interesses do capital.

No contexto de disputa por hegemonia na sociedade civil, desvendar os mecanismos da classe burguesa que buscam, velada e incessantemente, convencer as camadas populares de aderir a seus projetos, se torna imprescindível. A discussão da RSE não é alheia a essa questão, uma vez que sua prática está ligada à reafirmação do poder social do capital e ao aprofundamento da exclusão social por “desorientar” politicamente as camadas atendidas pela ação “responsável” das empresas que, longe de constituírem agentes neutros, são grandes disseminadoras de concepções e teses políticas e sociais. Todo esse movimento engendra “um novo espírito capitalista” e uma nova subjetividade da classe trabalhadora que tendem a exaltar a ordem vigente, impondo como única e natural a sociabilidade e o modo de produção capitalista.

⁴ O mascote do Programa da Voluntariado do Instituto Algar é uma *formiguinha* que simboliza “que cada um pode fazer um pouquinho para todos juntos fazer muito pela melhoria da educação na área de atuação das empresas Algar. O slogan adotado é ‘Um pouquinho de você faz toda a diferença do mundo!’ e está estampado em cartazes pelas empresas, intranet, descansos de tela nos computadores” (Disponível em: www.institutoalgar.org.br. Acesso em: maio de 2006, grifos nossos).